

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 535.775 - RS (2019/0288960-7)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : ELISA SANTOS PEREIRA E OUTRO
ADVOGADOS : ELISA SANTOS PEREIRA - RS105306
EDERSON SANTOS PEREIRA - RS106718
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : DIONATAN MATOS DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

DIONATAN MATOS DA SILVA – condenado a 5 anos de reclusão, em regime fechado, e ao pagamento de 500 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 – alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul** na Apelação n. 02165550-18.2019.8.21.7000, que determinou a execução provisória da sentença, com a expedição do respectivo mandado de prisão.

Neste *writ*, a defesa busca, liminarmente e no mérito, a suspensão da execução provisória da sentença e o cancelamento da expedição de mandado de prisão para que o paciente aguarde em liberdade até o esgotamento das instâncias ordinárias.

A liminar foi deferida às fls. 72-75.

As informações foram prestadas às fls. 81-101, e o Ministério Público Federal, às fls. 103-104, opinou pela denegação da ordem.

Decido.

Da análise dos autos verifico que o pedido formulado reveste-se de plausibilidade jurídica, **razão pela qual deve ser concedida a ordem.**

Acerca da determinação de **execução imediata**, a matéria foi objeto de exame pela Corte Suprema, em 5/10/2016, **nas Ações Diretas de Constitucionalidade n. 43 e 44**, ocasião em que o Plenário, ao indeferir a tutela cautelar, **conferiu interpretação conforme ao art. 283 do Código de**

Processo Penal ("Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva") para assentar que **encontra guarida no texto constitucional o início da execução da pena após prolação de acórdão condenatório.**

Tal entendimento foi reafirmado no julgamento, em 10/11/2016, do **ARE n. 964.246/SP, examinado sob a sistemática da repercussão geral**, instituto inserido no contexto da objetivação do controle difuso de constitucionalidade, dado que a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, consoante disposto nos arts. 1.039, *caput* e parágrafo único, e 1.040, I, II e II, ambos do Código de Processo Civil, **de maneira a conferir eficácia erga omnes e vinculante à decisão do Supremo Tribunal Federal proferida em recurso extraordinário.**

Todavia, consoante demonstrado pelo impetrante, **o Tribunal a quo determinou a expedição de mandado de prisão antes do esgotamento da jurisdição ordinária.** Essa situação enseja, de fato, a expedição de salvo-conduto para **garantir ao réu que aguarde em liberdade o exaurimento das instâncias ordinárias.**

Nesse sentido:

[...]

1. Consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE n. 964.243, sob a sistemática da repercussão geral, é possível a execução da pena depois da prolação de acórdão em segundo grau de jurisdição e antes do trânsito em julgado da condenação, para garantir a efetividade do direito penal e dos bens jurídicos constitucionais por ele tutelados.
2. Na hipótese em que foi permitido à ré recorrer em liberdade, soa desarrazoado que a expedição de mandado de prisão ocorra de forma automática, tão logo seja prolatado ou confirmado o acórdão condenatório, ainda passível de integração pelo Tribunal de Justiça.
3. Ordem concedida para, confirmada a liminar, assegurar à paciente o direito de aguardar em liberdade **o esgotamento da jurisdição ordinária.** (HC n. 366.907/PR, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 16/12/2016, destaqueei).

[...]

1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC 126.292/SP, por maioria de votos, firmou o entendimento de que é possível a execução provisória de acórdão penal condenatório, ainda que sujeito a recursos de natureza extraordinária, não havendo que se falar em ofensa ao princípio da presunção de inocência, compreensão que foi recentemente confirmada pelo aludido Colegiado ao apreciar as ADCs 43 e 44.

2. Em atenção ao que decidido pelo Pretório Excelso, esse Sodalício passou a admitir a execução provisória da pena, ainda que determinada em recurso exclusivo da defesa, afastando as alegações de *reformatio in pejus* e de necessidade de comprovação da presença dos requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, uma vez que a prisão decorrente da decisão que confirma a condenação encontra-se na competência do juízo revisional, não dependendo da insurgência da acusação. Precedentes.

3. Na espécie, de acordo com extrato de movimentação processual obtido na página eletrônica do Tribunal de origem, ainda estão pendentes de julgamento embargos infringentes e de nulidade opostos contra o acórdão proferido no julgamento do recurso de apelação, o que impede a execução provisória da sanção imposta ao paciente, à luz do que decidido pela Corte Suprema. Precedente do STJ.

4. Ordem concedida para suspender a execução provisória da pena imposta ao paciente **até o esgotamento da jurisdição ordinária**.

(HC n. 366.694/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, 5ª T., DJe 14/2/2017, destaquei)

À vista do exposto, **concedo a ordem de habeas corpus** para suspender os efeitos do acórdão impugnado, notadamente na parte em que determina a expedição de mandado de prisão, com fim de execução provisória da pena imposta ao paciente, que deverá **permanecer em liberdade até o prévio esgotamento das instâncias ordinárias**, se por outro motivo não houver necessidade de ser preso. **Na hipótese de esgotar-se a jurisdição ordinária, cessam, automaticamente, os efeitos da ordem ora concedida.**

Comunique-se, com urgência, o inteiro teor desta decisão

Superior Tribunal de Justiça

ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro grau.

Publique-se e intmem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

